



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
Campus Riacho Fundo  
**Licenciatura em Geografia**

ANGELA CRISTINA RODRIGUES BERNARDINO MURDASH

**O PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO:**  
análise dos usos e dos conflitos territoriais no entorno dessa unidade de conservação.

Brasília  
2025.

ANGELA CRISTINA RODRIGUES BERNARDINO MURDASH

**O PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO:** análise dos usos e dos conflitos territoriais no entorno dessa unidade de conservação.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para conclusão do título de Docente em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edilene Américo Silva.

Brasília  
2025

Murdash, Ângela Cristina Rodrigues Bernardino .

O Parque Nacional de Brasília e a conservação do Cerrado: análise dos usos e dos conflitos territoriais no entorno dessa unidade de conservação / Ângela Cristina Rodrigues Bernardino Murdash ; orientação Edilene Américo Silva. — Riacho Fundo, DF: 2025.

57 f. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2025.

Orientador(a): Edilene Américo Silva.

1. Parque Nacional de Brasília. 2. Cerrado. 3. Conflitos territoriais. 4. Conservação. I. Silva, Edilene Américo, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

**ANGELA CRISTINA RODRIGUES BERNARDINO MURDASH**

**O PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO:** análise dos usos e dos conflitos territoriais no entorno dessa unidade de conservação.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para conclusão do título de Docente em Geografia.

Aprovado em 24 de novembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edilene Américo Silva (Orientadora).

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Michelly Morato de Sousa Fama (IFB Riacho Fundo)

---

Me. Laís Valeriano Nunes  
Técnico em Assuntos Educacionais (IFB Riacho Fundo)

Brasília  
2025

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor, paciência e incentivo constantes, que tornaram possível cada etapa deste caminho e a todos que acreditam na educação como instrumento de transformação e na Geografia como ciência capaz de despertar consciência e amor pelo espaço que habitamos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu Senhor e Rei, fonte de sabedoria, força e inspiração. Foi Ele quem me sustentou e iluminou meus passos em cada etapa desta caminhada, concedendo serenidade nas incertezas e fé diante das dificuldades. Sua presença constante foi o alicerce que me manteve firme e confiante até aqui.

Ao meu amado esposo, Zuhair Murdash, expresso profunda gratidão pelo amor, paciência e apoio incondicional. Sua serenidade e incentivo foram essenciais para transformar os desafios em aprendizado. Aos meus filhos, Ezequiel Pedro, Paulo Naeem, Petra Yanne e Rannya Paola, agradeço por compreenderem minhas ausências e por compartilharem comigo cada conquista. Em especial, à Rannya Paola, que com sensibilidade reconheceu em mim o dom de ensinar e me inspirou a seguir com entusiasmo. Também agradeço ao meu genro Robson e à minha nora Luciana, pela alegria, incentivo e carinho constantes.

À minha mãe, Raimunda, mulher simples e grandiosa, exemplo de fé e perseverança, e ao meu pai, Antônio Bernardino (in memoriam), homem guerreiro e inspirador, deixo minha eterna gratidão. Ambos me ensinaram o valor da honestidade, da humildade e da força diante das adversidades, sendo pilares da pessoa que me tornei.

Agradeço com profundo respeito à minha orientadora, professora Dra. Edilene Américo, pela confiança, paciência e palavras encorajadoras. Sua orientação segura e generosa foi essencial para que este trabalho se concretizasse com dedicação e significado.

Por fim, agradeço aos professores, aos queridos colegas e amigos que fizeram parte desta trajetória, em especial Adrian Herrera, rapaz valente! sempre ao meu lado nas maiores dificuldades que passei nesse período. Aos meus valorosos amigos do coração: Felipe Bertoldo, Murilo e Lizânia, que com tanto carinho e paciência marcaram essa trajetória, me dando o suporte necessário, quando achei que não mais conseguiria prosseguir. Sempre prontos a ajudar quando precisava, contribuindo com saberes, afeto e apoio.

A cada um que acreditou em mim, compartilhou um gesto de incentivo ou uma palavra de encorajamento, deixo meu sincero reconhecimento. Este trabalho é também fruto da força coletiva de todos que acreditam na educação como instrumento de transformação e na Geografia como ciência capaz de despertar consciência e amor pelo mundo que habitamos.

## RESUMO

A pesquisa analisa o papel do Parque Nacional de Brasília (PNB) na conservação do Cerrado diante das pressões territoriais provocadas pela urbanização e pela lógica de mercado. O objetivo central é compreender como os conflitos socioespaciais e ambientais se manifestam nesse território e quais os desafios para sua conservação. A metodologia adotada foi qualitativa, com revisão bibliográfica, pesquisa documental e visitas de campo. A discussão teórica baseou-se em Santos (1996), Haesbaert (2004) e Porto-Gonçalves (2006), para compreender espaço e território, e em Acselrad (2004) e Diegues (1995), para discutir conflitos e políticas de conservação. Os resultados indicam que o PNB constitui um território estratégico para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos do Distrito Federal, mas enfrenta tensões decorrentes da especulação imobiliária, da urbanização desordenada e dos limites na gestão participativa. Conclui-se que o parque deve ser compreendido como um espaço de disputa entre racionalidades econômicas e ecológicas, cuja conservação depende de políticas públicas integradas e de um planejamento comprometido com a justiça socioambiental.

**Palavras-chave:** Parque Nacional de Brasília; Cerrado; conflitos territoriais; conservação.

## ABSTRACT

This study analyzes the role of Brasília National Park (PNB) in conserving the Cerrado in the face of territorial pressures caused by urbanization and market forces. The main objective is to understand how socio-spatial and environmental conflicts manifest themselves in this territory and what challenges exist for its conservation. A qualitative methodology was adopted, involving a literature review, documentary research, and field visits. The theoretical discussion was based on Santos (1996), Haesbaert (2004), and Porto-Gonçalves (2006) to understand space and territory, and on Acselrad (2004) and Diegues (1995) to discuss conflicts and conservation policies. The results indicate that the PNB is a strategic territory for maintaining biodiversity and ecosystem services in the Federal District, but faces tensions arising from real estate speculation, disorderly urbanization, and limitations in participatory management. We conclude that the park should be understood as a space of dispute between economic and ecological rationalities, whose conservation depends on integrated public policies and planning committed to socio-environmental justice.

**Keywords:** Brasília National Park, Cerrado, territorial conflicts, conservation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Domínios dos Biomas no Brasil .....	22
<b>Figura 2</b> - O PNB: seu percentual de área no contexto do Cerrado .....	24
<b>Figura 3</b> - Localização do Parque Nacional de Brasília e sua Zona de amortecimento .....	28
<b>Figura 4</b> - Participação do Reservatório de Santa Maria no fornecimento hídrico do DF .....	29
<b>Figura 5</b> - Bacias Hidrográficas do Distrito Federal .....	30
<b>Figura 6</b> - Barragem de Santa Maria dentro da área do PNB .....	31
<b>Figura 7</b> - Barragem de Santa Maria inserida na área do PNB .....	32
<b>Figura 8</b> - Região Administrativa I, Setor Noroeste/DF .....	35
<b>Figura 9</b> - Queimada no PNB e poluição do ar no DF, 2024 .....	36
<b>Figura 10</b> - Parque de Exposições Agropecuárias da Granja do Torto .....	37
<b>Figura 11</b> - Padrão de ocupação urbana da Estrutural, RA XXV/DF .....	38
<b>Figura 12</b> - Tipologia de uso do solo no Setor de Oficinas Norte/DF .....	39
<b>Figura 13</b> - Área planejada para instalação do Santuário dos Pajés, Setor Noroeste/DF .....	44

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Ações antrópicas e impactos resultantes.....	39
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
DF	Distrito Federal
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PNB	Parque Nacional de Brasília
RA	Região Administrativa
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econmico

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	9
LISTA DE TABELAS .....	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	11
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO, RECORTES E REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
1.1. JUSTIFICATIVA.....	16
1.2. OBJETIVO GERAL .....	18
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: .....	18
1.4. METODOLOGIA.....	18
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>20</b>
2.1. Unidades de Conservação no Brasil: conceitos e legislação.....	20
2.2. O Cerrado como Bioma: características ecológicas e importância ambiental.....	22
2.3. Gestão, planejamento territorial e conflitos em áreas protegidas.....	23
<b>3. O PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA (PNB).....</b>	<b>27</b>
3.1. Histórico de criação e delimitação do Parque Nacional de Brasília (PNB).....	27
3.2. Características físicas e ecológicas do PNB e a conservação do Cerrado.....	28
3.3. A gestão do Parque: órgãos responsáveis e instrumentos de controle .....	32
<b>4. USOS DO SOLO E OCUPAÇÕES NO ENTORNO DO PNB .....</b>	<b>34</b>
4.1. Expansão urbana e impactos ambientais .....	34
4.2. Políticas públicas e planejamento urbano na região .....	40
<b>5. CONFLITOS TERRITORIAIS NO ENTORNO DO PARQUE .....</b>	<b>42</b>
5.1. Conflitos socioambientais: interesses econômicos x preservação.....	42
5.2. Comunidades locais, relação com o território e disputas fundiárias .....	43
5.3. Casos emblemáticos e disputas fundiárias .....	44
5.4. O Estado e os movimentos sociais: apropriação da natureza e conservação ambiental .....	45

<b>6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>47</b>
<b>6.1. O PNB sob ameaça da lógica capitalista de apropriação da natureza.....</b>	<b>47</b>
<b>6.2. Tensões e disputas territoriais na Zona de Amortecimento.....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul, tem sido historicamente submetido a um intenso processo de degradação resultante da expansão urbana, do agronegócio e das políticas de desenvolvimento voltadas à exploração dos recursos naturais. No Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília (PNB) é uma das principais áreas de conservação ambiental, criado com o intuito de proteger mananciais, a biodiversidade e garantir a sustentabilidade ecológica da região. Contudo, a crescente urbanização e a pressão imobiliária sobre o entorno do parque têm gerado contradições e conflitos socioespaciais que expressam, de forma concreta, a disputa entre diferentes usos e sentidos do território.

O território do Parque pode ser compreendido como produto das relações sociais e de poder que configuram o espaço, tal como propõem Santos (1996), Haesbaert (2004) e Porto-Gonçalves (2006). O território, nesse sentido, não é apenas um espaço físico delimitado, mas o resultado de múltiplas territorialidades em disputa — entre a lógica econômica de apropriação do espaço e a racionalidade ambiental voltada à preservação e ao bem coletivo. Essa tensão entre conservação e exploração revela a natureza política e conflituosa do espaço geográfico.

O objetivo central desse estudo é analisar o papel do Parque Nacional de Brasília no bojo da conservação do Cerrado, considerando os conflitos e pressões associadas aos usos territoriais no seu entorno. Os objetivos específicos incluem: a) Investigar como a expansão urbana tensiona o território do parque identificando os usos e conflitos territoriais no seu entorno; b) Identificar as políticas públicas e as estratégias de conservação voltadas ao Parque Nacional de Brasília; c) Discutir o papel da conservação dentro da lógica capitalista de apropriação da natureza entendendo o sentido do PNB e a sua importância para conservação do Cerrado. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, pesquisa documental e observação de campo.

O desenvolvimento da pesquisa buscou responder à seguinte questão: De que maneira o Parque Nacional de Brasília contribui para a conservação do Cerrado diante das pressões territoriais exercidas pela urbanização e pela lógica de mercado, e quais os conflitos decorrentes dessa relação?

Os resultados indicam que o PNB cumpre um papel estratégico na proteção do Cerrado e na manutenção da qualidade ambiental do Distrito Federal, mas enfrenta sérios desafios decorrentes da urbanização desordenada, da especulação imobiliária e das limitações institucionais de fiscalização e participação social. Assim, as considerações finais apontam para a necessidade de políticas públicas integradas e territorialmente sensíveis, que articulem o

direito à cidade e o direito à natureza, reconhecendo o parque como um espaço em disputa, mas também de possibilidades de resistência e de reexistência socioambiental.

## **1. CONTEXTUALIZAÇÃO, RECORTES E REFERENCIAL TEÓRICO**

A presente pesquisa insere-se no campo da Geografia crítica, tendo como foco de análise o Parque Nacional de Brasília (PNB) e sua importância para a conservação do Cerrado diante das múltiplas pressões socioespaciais que incidem sobre seu território e entorno. O estudo parte do reconhecimento do Cerrado como bioma de elevada relevância ecológica, mas também como espaço em permanente disputa entre a conservação ambiental e os interesses econômicos que promovem sua degradação. Nesse sentido, compreender os usos, os conflitos e as formas de apropriação territorial em torno do PNB tornam-se essenciais para refletir sobre os limites e as possibilidades das políticas de proteção ambiental no contexto urbano-metropolitano do Distrito Federal.

Dessa forma, esta seção tem por objetivo apresentar a estrutura e os fundamentos que orientam o desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, são expostos a justificativa e a relevância da pesquisa, seguidas dos objetivos geral e específicos, que delineiam o percurso analítico proposto. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, contemplando os procedimentos teóricos, documentais e empíricos empregados na investigação. Por fim, apresenta-se o referencial teórico, que sustenta a discussão acerca das relações entre território, conservação e conflito, articulando as dimensões ecológicas, políticas e sociais que compõem o objeto de estudo.

### **1.1. JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa justifica-se pela relevância em compreender os usos e os conflitos territoriais no entorno do Parque Nacional de Brasília (PNB), inserindo-se no debate contemporâneo sobre o papel e a conservação das Unidades de Conservação como instrumentos de equilíbrio socioambiental (BRASIL, 2000) voltado à conservação do Cerrado. Esse é o segundo bioma mais extenso da América do Sul, possui elevada biodiversidade e abriga importantes nascentes que alimentam grandes bacias hidrográficas brasileiras (SANO; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008). Não obstante a sua relevância, é também um dos mais ameaçados do país, com extensas áreas devastadas pelo avanço do agronegócio, da urbanização desordenada e de grandes projetos de infraestrutura (RIBEIRO; WALTER, 2008; SILVA; SCARDUA, 2017).

Pelo exposto, as unidades de conservação ambiental, hoje existentes, assumem um papel estratégico para a preservação do Cerrado e da sua sociobiodiversidade. Entre essas áreas protegidas, destaca-se o Parque Nacional de Brasília (PNB), criado em 29 de novembro de 1961

pelo Decreto nº 241 e atualmente com 42.389,01 hectares, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (BRASIL, 1961; ICMBIO, 2023).

Diante desse cenário, a escolha do tema “O Parque Nacional de Brasília e a conservação do Cerrado: análise dos usos e dos conflitos territoriais no entorno dessa unidade de conservação” possui relevância visto que pretende compreender a complexa relação entre a preservação ambiental e os processos de apropriação e transformação do território, especialmente em áreas metropolitanas que sofrem intensa pressão antrópica, como é o caso do Distrito Federal (PAVIANI, 2007). A ocupação do território do Distrito Federal, sobretudo a partir da década de 1990, intensificou-se com a expansão do crescimento desordenado e da criação de novas Regiões Administrativas (CODEPLAN, 2020).

Além disso, o PNB enfrenta múltiplas pressões territoriais que colocam em risco seus objetivos de conservação: conflitos fundiários, uso irregular do solo em seu entorno, turismo não regulado, queimadas recorrentes e a especulação imobiliária são exemplos de atividades que compõem um cenário de fragilidade ambiental crescente (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010) sob o território dessa unidade de conservação. A análise do papel do PNB na conservação do Cerrado, portanto, não pode ser feita apenas sob a ótica técnica ou ecológica, mas deve considerar os embates territoriais e os interesses conflitantes que permeiam a apropriação e o uso da natureza – uma abordagem que se insere no campo da Geografia.

Nesse contexto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir sobre os limites e as possibilidades da conservação ambiental do Cerrado, a partir da análise do PNB, em um contexto de intensas disputas pelo território. Compreender como o PNB atua como instrumento de proteção ambiental, e ao mesmo tempo é atravessado por lógicas econômicas e políticas, permite evidenciar as contradições inerentes à conservação dentro de um modelo de desenvolvimento que muitas vezes se sustenta na exclusão e na mercantilização da natureza (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010). Em diálogo com a visão dos autores, o estudo contribui para o debate geográfico ao relacionar território, conservação e conflito, promovendo uma leitura crítica da função socioespacial das unidades de conservação no Brasil contemporâneo.

Por fim, a análise da conservação do Cerrado, a partir do PNB, em um contexto urbano, tensionado por múltiplos interesses, busca propor uma abordagem crítica e fundamentada que considere os aspectos ecológicos, sociais, territoriais e políticos envolvidos (SANTOS, 1996; ACSELRAD, 2004a; PORTO-GONÇALVES, 2006). Outro ponto relevante na pesquisa geográfica é proceder com a análise da conservação do Cerrado tendo como eixo condutor a abordagem de uma Unidade de Conservação/UC que sofre impactos resultantes do avanço da

urbanização em curso no seu entorno. Assim a discussão construída considerará aspectos ecológicos, sociais, territoriais e políticos por meio dos objetivos geral e específicos a seguir.

## **1.2. OBJETIVO GERAL**

Analisar o papel do Parque Nacional de Brasília no bojo da conservação do Cerrado, considerando os conflitos e pressões associadas aos usos territoriais no seu entorno.

## **1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- a) Investigar como a expansão urbana tensiona o território do parque identificando os usos e conflitos territoriais no seu entorno;
- b) Identificar as políticas públicas e as estratégias de conservação voltadas ao Parque Nacional de Brasília;
- c) Discutir o papel da conservação dentro da lógica capitalista de apropriação da natureza entendendo o sentido do PNB e a sua importância para conservação do Cerrado.

## **1.4. METODOLOGIA**

Em resposta a problemática apresentada neste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica conceitual, baseada em obras e autores fundamentais para o campo da Geografia crítica e da conservação ambiental. Nesse dialogo, utilizou-se Santos (1996), Haesbaert (2004) e Porto-Gonçalves (2006), cujas reflexões subsidiaram a discussão sobre espaço geográfico, território e a lógica da mercantilização da natureza.

No que tange aos conflitos ambientais e às políticas de conservação, foram adotadas as contribuições de Acselrad (2004), Diegues (1995) e Ministerio do Meio Ambiente (2022). Quanto aos aspectos ecológicos e socioculturais do Cerrado foram apreciados os estudos de Rodrigues et al. (2019), as produções técnicas de Batalha et al. (2022), além dos relatórios e das publicações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2022), Ministério do Meio Ambiente/MMA (2022) e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade/ICMBio (2021).

A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na interpretação crítica e interdisciplinar dos dados. Utilizou-se pesquisa documental, com análise de fontes primárias e secundárias, tais como: o Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília (ICMBio, 2021), diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), documentos institucionais do ICMBio (ICMBio, 2021), relatórios técnicos

do Ministério do Meio Ambiente (ANTONIOLI FILHO; PEREIRA, 2017) e dados geográficos oficiais (IBGE, 2022).

No que tange aos aspectos empíricos, procedeu-se com visitas de campo para observações da área do Parque e da sua Zona de Amortecimento, com o intuito de observar *in loco*, os conflitos espaciais, a degradação ambiental e a infraestrutura dessa Unidade de Conservação/UC. A triangulação entre as fontes bibliográficas, documentais, cartográficas e empíricas permitiu uma análise crítica e integrada da problemática estudada.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão do papel do PNB na conservação do Cerrado e nos conflitos territoriais que o envolvem exige uma base teórica que articule os conceitos de território, conservação ambiental e planejamento do uso do solo. O referencial teórico deste trabalho estrutura-se a partir de quatro eixos interdependentes: as Unidades de Conservação no Brasil, com ênfase em seus fundamentos conceituais e legais; o bioma Cerrado, entendido em sua complexidade ecológica e relevância socioambiental; os conflitos territoriais e as práticas de gestão ambiental, que revelam as tensões entre a lógica da conservação e a expansão urbana; e, por fim, o planejamento territorial no entorno de áreas protegidas, que coloca em debate os desafios da governança ambiental e da compatibilização entre diferentes usos do espaço.

Essa abordagem teórica dialoga com a perspectiva crítica da geografia, conforme as reflexões de autores como Santos (1996), Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2006) e Acselrad (2004b), permitindo compreender o território do Parque Nacional de Brasília como um espaço de disputas, onde coexistem racionalidades econômicas, políticas e ambientais em permanente tensão.

### **2.1. Unidades de Conservação no Brasil: conceitos e legislação**

As UCs consistem em espaços territoriais protegidos legalmente instituídos com o objetivo de assegurar a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. As UCs são disciplinadas pela Lei nº 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e são classificadas em duas categorias principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000).

O SNUC é o marco legal da política nacional de conservação da natureza, funcionando como base para proteger o meio ambiente e organizar o sistema de áreas protegidas no Brasil. Seu objetivo principal é estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs, assegurando a preservação da diversidade biológica e dos recursos naturais, conciliando conservação ambiental com o uso sustentável.

As funções principais do SNUC é: proteger a biodiversidade – garantir a conservação de ecossistemas, espécies, recursos genéticos e processos ecológicos essenciais; regular o uso sustentável – disciplinar a exploração de recursos naturais, de forma a não comprometer a biodiversidade; ordenar o território – criar diferentes categorias de UCs (Proteção Integral e Uso Sustentável) que organizem juridicamente a gestão dos espaços naturais; valorizar o patrimônio natural e cultural – reconhecer a importância ecológica, paisagística, cultural e científica de áreas naturais; e promover participação social – assegurar a gestão participativa,

especialmente com comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais (BRASIL, 2000).

Para as discussões subsequentes, torna-se importante aqui, estabelecer a distinção entre os conceitos de preservar e conservar. O primeiro refere-se à manutenção dos ecossistemas em seu estado natural, em que o acesso e uso dos recursos naturais deve ser restrito ou inexistente. No que tange ao conceito de conservar: diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, permitindo que eles sejam utilizados de forma controlada, garantindo a sua renovação e permanência no tempo (DIEGUES, 1995; BRASIL, 2000). Tais conceitos são utilizados na formulação de políticas públicas ambientais e no planejamento territorial e são aplicados conforme os objetivos da UC em questão.

O Brasil, como signatário de acordos internacionais, a exemplo, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992) e a Agenda 2030 da ONU, assumiu compromissos formais com a conservação da biodiversidade (MMA, 2023). No caso do Cerrado, que é considerado um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, a preservação de áreas protegidas como o PNB é estratégica para o cumprimento desses compromissos (MMA, 2022; SANO; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008).

Acrescente-se também que o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Essa previsão representa um marco no reconhecimento do meio ambiente como direito fundamental no Brasil, vinculando políticas públicas e a atuação social à proteção dos ecossistemas (BRASIL, 1988, Art. 225).

No caso do Cerrado, segundo maior bioma do país e berço das principais bacias hidrográficas brasileiras, a importância do artigo 225 é central, pois fundamenta a criação de áreas protegidas, a regulação do uso sustentável dos recursos naturais e o combate ao desmatamento acelerado pela urbanização. Embora o bioma ainda seja o mais ameaçado do país em termos de taxa de supressão vegetal, o artigo 225 sustenta juridicamente ações de conservação, planos de manejo, fiscalização ambiental e iniciativas de educação socioambiental.

Assim, a aplicação efetiva desse dispositivo constitucional é decisiva para que o Cerrado não seja reduzido a uma fronteira agrícola, mas reconhecido em sua complexidade ecológica, cultural e socioeconômica, garantindo a manutenção de seus serviços ambientais e da diversidade de povos e comunidades que dele dependem.

## 2.2. O Cerrado como Bioma: características ecológicas e importância ambiental

A conservação da biodiversidade é uma das principais estratégias para mitigar os efeitos da degradação ambiental, da perda de *habitat* e das mudanças climáticas globais; o Cerrado, abriga, aproximadamente, 5% da biodiversidade do planeta e desempenha relevante função ecológica na manutenção do equilíbrio ambiental, especialmente no que tange à recarga de aquíferos, proteção dos solos e regulação climática (BRASIL, 2022).

Esse Bioma é considerado um *hotspot* mundial de biodiversidade, abrigando espécies endêmicas da fauna e da flora muitas delas ameaçadas pela expansão do agronegócio e pelo desmatamento (RIBEIRO; WALTER, 2008). Para os autores, o Cerrado atua como importante regulador dos ciclos hidrológicos, o que torna sua conservação uma prioridade.

A relevância ambiental do Cerrado encontra respaldo nos estudos de Sano, Almeida e Araújo (2008), que evidenciam tanto a sua riqueza florística e quanto a fragilidade ecológica. Além disso, Barbosa (2001) destaca o Cerrado como patrimônio natural, cultural e histórico do Brasil. A sua conservação contribui para a manutenção de serviços ambientais essenciais, como a regulação do ciclo hidrológico, a proteção do solo contra a erosão e o estoque de carbono em sua vegetação e no subsolo profundo (RIBEIRO; WALTER, 2008). A figura 1 ilustra o limite dos Biomas brasileiros com o Cerrado ao centro do território nacional.

**Figura 1** – Domínios dos Biomas no Brasil



Fonte: IBGE, 2025.

Outro ponto é que conservar o Bioma contribui diretamente para a adaptação e resiliência às mudanças climáticas globais, além de assegurar a sobrevivência de comunidades tradicionais que dependem de seus recursos. Nesse contexto, o PNB desponta como uma Unidade de Conservação de relevância para a proteção do bioma em análise, em especial por estar inserido em uma região marcada por acelerado crescimento urbano que resulta em tensionamentos e conflitos socioespaciais (ICMBIO, 2023).

### **2.3. Gestão, planejamento territorial e conflitos em áreas protegidas**

A gestão territorial pode ser compreendida como o conjunto de processos e instrumentos que envolvem o planejamento, a regulação, a mediação de conflitos e o uso racional do território, com base em critérios ecológicos, sociais, culturais e econômicos. Trata-se de uma abordagem multidimensional que busca harmonizar as demandas da sociedade com os limites da natureza, promovendo justiça espacial e sustentabilidade (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004). No caso das unidades de conservação como o Parque Nacional de Brasília (PNB), a gestão territorial envolve não apenas a proteção ambiental, mas também a articulação entre diferentes atores — poder público, comunidades locais, setor privado e sociedade civil — diante de interesses muitas vezes conflitantes pelo uso da terra.

A discussão sobre conservação ambiental não pode prescindir de uma análise crítica frente ao modelo socioeconômico dominante. O modo de produção capitalista, ao transformar a natureza em mercadoria, impõe uma lógica de apropriação do espaço que frequentemente entra em conflito com os princípios de proteção ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 1996). No contexto do Parque Nacional de Brasília (PNB), as contradições entre conservação e apropriação capitalista do território tornam-se evidentes, especialmente nas disputas fundiárias, nos interesses do setor imobiliário e na pressão resultante da expansão urbana em áreas de proteção ambiental (SVARTMAN, 2021).

Porto-Gonçalves (2006) sugere que a natureza passou a ser reconfigurada como recurso natural a partir da modernidade capitalista. Essa visão utilitarista implica a exploração da biodiversidade e dos bens naturais com base na lógica da acumulação. A territorialização capitalista, como argumenta Milton Santos (1996), reorganiza o espaço de acordo com os interesses do capital, promovendo uma diferenciação funcional dos territórios — o que afeta diretamente as áreas de conservação.

Há um processo de “ecologização do capital”, no qual a linguagem ambiental é apropriada para fins de mercado, esvaziando o sentido crítico das políticas de conservação (ACSELRAD, 2004a). A exemplo, o uso de conceitos como “cidade-parque” ou “bairro

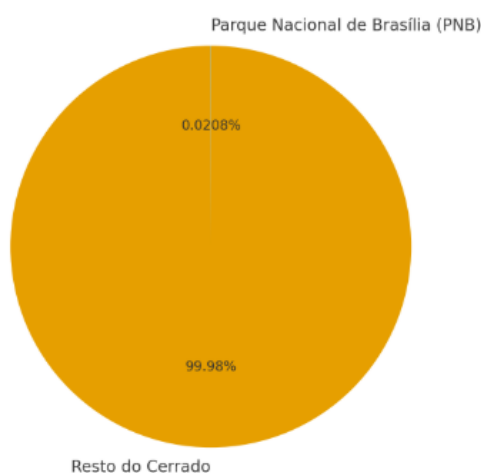
ecológico” frequentemente serve como estratégia de valorização fundiária, ignorando os impactos socioambientais cumulativos sobre o ecossistema e a coletividade, continua o autor.

Nesse sentido, a conservação do Cerrado, por meio do PNB, insere-se em uma lógica paradoxal: ao mesmo tempo em que se reconhece o valor ecológico e social da área protegida, os limites do parque são pressionados por interesses econômicos que enxergam o território como reserva de capital fundiário (SVARTMAN, 2021).

Esse Bioma não possui proteção formal por isso a importância da criação de novas unidades de conservação e do fortalecimento daquelas já legalmente constituídas. Sano et al. (2008) sugere que o Cerrado possui cerca de 2.038.520 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 203.852.000 hectares; e no contexto nacional, apenas 8% desse total está protegido em Unidades de Conservação. O fato é que a maioria do bioma continua sem proteção formal, por isso cada UC, a exemplo do PNB, tem importância estratégica, local e regional, para conservação cerratense.

O PNB possui uma área total de 42.389 hectares o que representa a fração de 0,0208% da área total do Cerrado brasileiro, conforme ilustrado na figura 2. Esse percentual não diminui a sua importância visto que essa UC funciona como nó ecológico - refúgios de biodiversidade, ponto de conectividade, proteção de bacias e de nascentes hídricas (SANO et al., 2008).

**Figura 2** - O PNB: seu percentual de área no contexto do Cerrado



Fonte: Sano, E. E.; Almeida, C. M.; Araújo, F. M. 2008.

No DF, a expansão urbana desordenada constitui uma das principais ameaças ao Cerrado e ao Parque. Para exemplificar, tem-se o Setor Habitacional Noroeste que pertence a Região Admirativa I (RA I), do Plano Piloto e que está situado na Zona de Amortecimento do PNB. O Projeto foi aprovado pelo Decreto nº 28.684, de 15 de janeiro de 2008 e o parcelamento da terra, com a construção dos condomínios, ocorreu nos meses subsequentes.

Trata-se de um bairro ecológico de alto padrão que utiliza a área verde do Parque como estratégia de valorização simbólica e mercadológica dos empreendimentos; o discurso da sustentabilidade é apropriado pelos empreendimentos imobiliários para legitimar a ocupação de territórios ambientalmente sensíveis (SVARTMAN, 2021; HAESBAERT, 2004). A proximidade de parques, reservas ou fragmentos de Cerrado é transformada em atributo de *marketing*, associando os imóveis a qualidades como bem-estar, tranquilidade, ar puro, segurança e contato com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, essas áreas são convertidas em “amenidades ambientais” que aumentam o valor do solo urbano e justificam preços mais altos. No entanto, essa apropriação tende a ser excludente e contraditória: ao mesmo tempo em que se beneficia da existência de espaços protegidos, o setor imobiliário pressiona esses territórios por meio da expansão urbana, da especulação fundiária e da fragmentação dos ecossistemas. Dessa forma, o discurso de preservação ambiental é incorporado como recurso de venda, mas muitas vezes desconsidera os impactos sociais e ambientais gerados pela lógica de mercantilização da natureza (ACSELRAD, 2004b).

O planejamento territorial pode ser definido como um processo técnico, político e participativo voltado à organização racional e democrática do espaço geográfico, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a justiça socioambiental e o uso equilibrado dos recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2006). Trata-se de uma estratégia essencial para orientar o uso e a ocupação do solo, considerando a diversidade ecológica e sociocultural dos territórios. No entorno de áreas protegidas, como o PNB, o planejamento territorial é indispensável para mitigar conflitos fundiários, prevenir a especulação imobiliária e compatibilizar os objetivos de conservação com as necessidades das populações locais.

Segundo Acselrad (2004a), o ordenamento do território não pode se limitar a uma gestão tecnocrática do espaço, pois envolve disputas entre diferentes projetos de sociedade. O território é espaço de conflito e de poder, onde coexistem interesses públicos, privados, coletivos e comunitários. Portanto, planejar de forma justa exige incorporar os saberes locais, os direitos territoriais de comunidades tradicionais e a defesa dos bens comuns. No caso do PNB, o uso do solo em seu entorno tem sido marcado por intensa valorização fundiária, pela ocupação urbana desordenada e pela ausência de zoneamento eficaz, o que coloca em risco a integridade ecológica da unidade.

É possível, sim, estabelecer um diálogo entre o planejamento territorial e o uso do solo no entorno das unidades de conservação, desde que se reconheçam os limites da lógica capitalista que muitas vezes instrumentaliza essas áreas protegidas. Como alerta Diegues (1995),

a concepção clássica de “natureza intocada” desconsidera os sujeitos históricos do território e deslegitima práticas tradicionais de uso sustentável, reforçando modelos excludentes de conservação. Nesse contexto, a lógica de exclusão tende a favorecer formas seletivas de gestão e uso do solo, como a priorização de áreas com potencial turístico em detrimento de zonas de amortecimento ou de presença tradicional, continua o autor.

Ademais, Acselrad (2004a) sugere que há um processo crescente de mercantilização dos serviços ecossistêmicos, que transforma funções ecológicas – como a regulação do clima, a purificação da água e o sequestro de carbono – em ativos financeiros negociáveis. Essa financeirização da natureza compromete os princípios da conservação crítica, pois subordina os bens comuns à lógica do mercado, em um modelo que busca compatibilizar proteção ambiental e rentabilidade. A gestão do PNB, nesse cenário, corre o risco de ser capturada por interesses privatistas, como concessões para exploração turística e parcerias com o setor imobiliário, o que contradiz os princípios do uso público e da justiça ambiental.

Diante disso, o planejamento territorial no entorno de áreas protegidas deve estar comprometido com a efetiva participação social, o reconhecimento da multifuncionalidade dos territórios e o fortalecimento da função ecológica e social das unidades de conservação. No caso do Cerrado e do PNB, tal abordagem é imprescindível para enfrentar os desafios da urbanização predatória e garantir a preservação da sociobiodiversidade frente às pressões antrópicas crescentes.

### **3. O PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA (PNB)**

O PNB constitui-se em importante UC do bioma Cerrado, desempenhando papel estratégico na proteção dos recursos hídricos e na manutenção da biodiversidade do Distrito Federal. Criado em um contexto de expansão urbana acelerada e de consolidação da capital federal tornou-se um espaço emblemático das tensões entre a conservação ambiental e o crescimento urbano, expressando as contradições da política territorial brasileira. Com uma área que abriga nascentes fundamentais para o abastecimento da população do DF o Parque é também um território simbólico de disputas entre diferentes projetos de uso e apropriação do espaço.

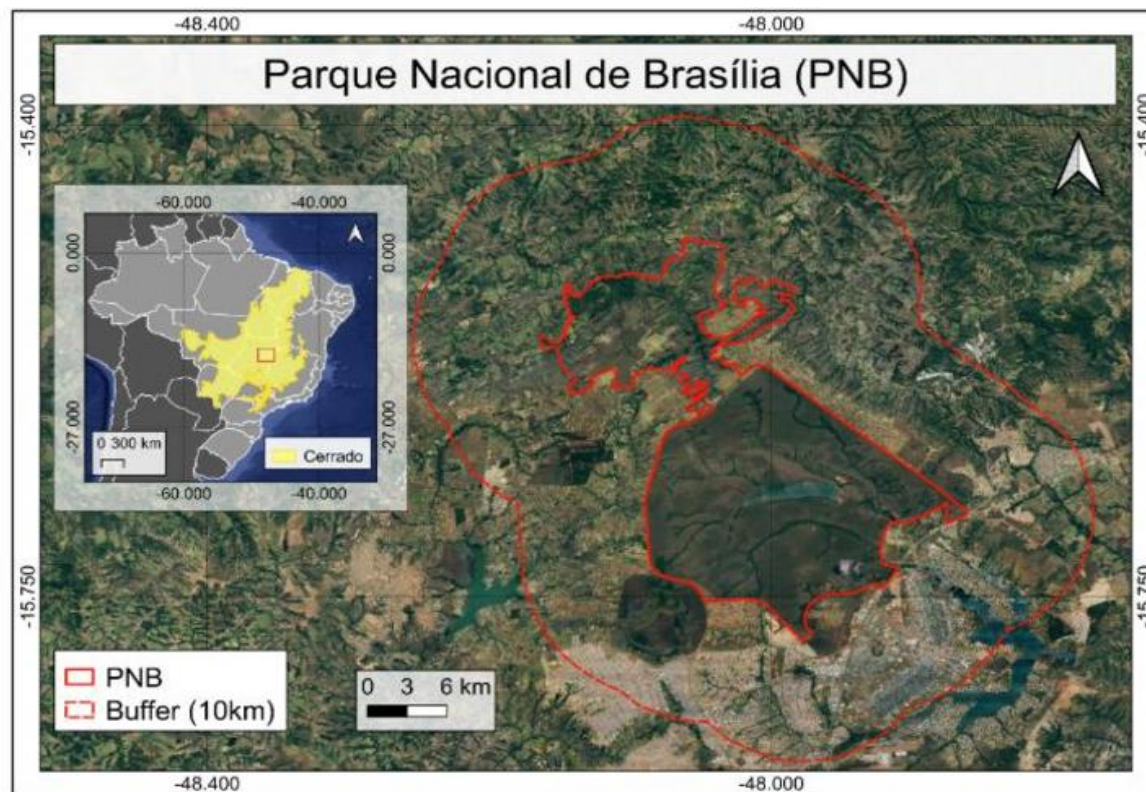
A análise crítica dessa UC envolve compreender seu processo histórico de criação e delimitação, suas características físicas e ecológicas, bem como sua relevância para a conservação do Cerrado e dos recursos hídricos. Além disso, a discussão sobre sua gestão institucional — que envolve órgãos ambientais, políticas públicas e instrumentos de controle — permite evidenciar as fragilidades e potencialidades do modelo de conservação vigente no país. Assim, o estudo do PNB torna-se essencial para refletir sobre os desafios contemporâneos da gestão ambiental em territórios sob intensa pressão urbana.

#### **3.1. Histórico de criação e delimitação do Parque Nacional de Brasília (PNB)**

Criado por meio do Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961, o Parque Nacional de Brasília (PNB) é uma das Unidades de Conservação (UCs) mais antigas do país, tendo como principal objetivo a proteção dos ecossistemas naturais do Cerrado e a garantia da oferta de serviços ecossistêmicos fundamentais, como a purificação do ar, o equilíbrio climático local e a proteção das nascentes do Distrito Federal (BRASIL, 1961). A figura 3 traz a localização do PNB e sua respectiva Zona de Amortecimento, destacado em vermelho, além de algumas áreas adjacentes. Essa representação permite observar a proximidade entre a unidade de conservação e as áreas urbanizadas do entorno, com destaque para as porções Sul e Leste.

Originalmente, a sua área de abrangência era cerca de 30 mil hectares, mas, posteriormente, foi ampliada para 42.389 hectares, aproximadamente, abrangendo território do Distrito Federal e parte do município de Padre Bernardo, no estado de Goiás (ADASA, 2021).

**Figura 3** - Localização do Parque Nacional de Brasília e sua Zona de amortecimento



Fonte: HOFFMANN, T. B. et al.; 2025.

Segundo Barbosa (2001), a vegetação nativa do parque atua como um "filtro verde", auxiliando na regulação da qualidade do ar e na estabilidade térmica do clima regional, além de proteger nascentes e corpos hídricos essenciais para o abastecimento da população do DF. O PNB cumpre, portanto, papel estratégico no equilíbrio socioambiental da capital brasileira.

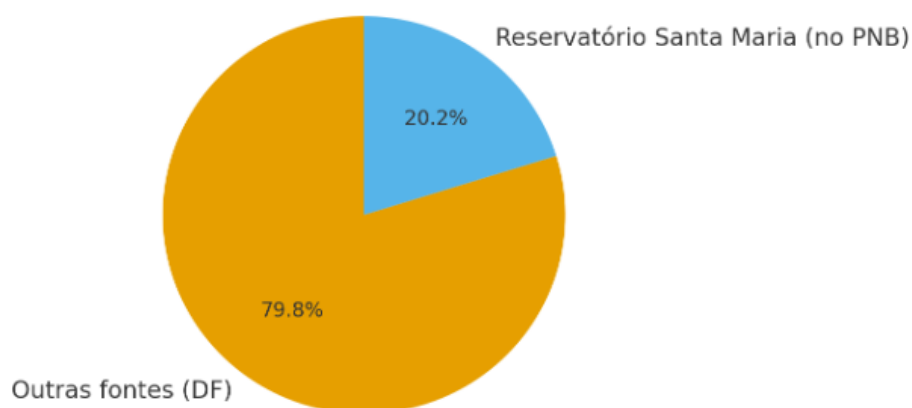
### 3.2. Características físicas e ecológicas do PNB e a conservação do Cerrado

O Parque Nacional de Brasília se insere em uma região de Cerrado típico do Planalto Central, com ampla diversidade de fitofisionomias, incluindo campos limpos, cerradões, veredas, matas de galeria e formações rupestres. Essa heterogeneidade de ambientes sustenta uma rica biodiversidade composta por mais de 1.000 espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas e ameaçadas de extinção, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e a onça-parda (*Puma concolor*) (AGÊNCIA GOV, 2024).

Além da fauna emblemática, o PNB cumpre uma função ecológica crucial ao abrigar importantes mananciais hídricos, como as nascentes da Represa Santa Maria, responsável por cerca de 20,2% do abastecimento de água potável de Brasília, bem como as sub-bacias do

Córrego Bananal e do Ribeirão Torto, que integram o sistema hidrográfico da Bacia do Lago Paranoá (ADASA, 2021), observar a figura 4 que representa o percentual de água fornecida, pelo Reservatório de Santa Maria, para o abastecimento da população do DF.

**Figura 4** - Participação do Reservatório de Santa Maria no fornecimento hídrico do DF



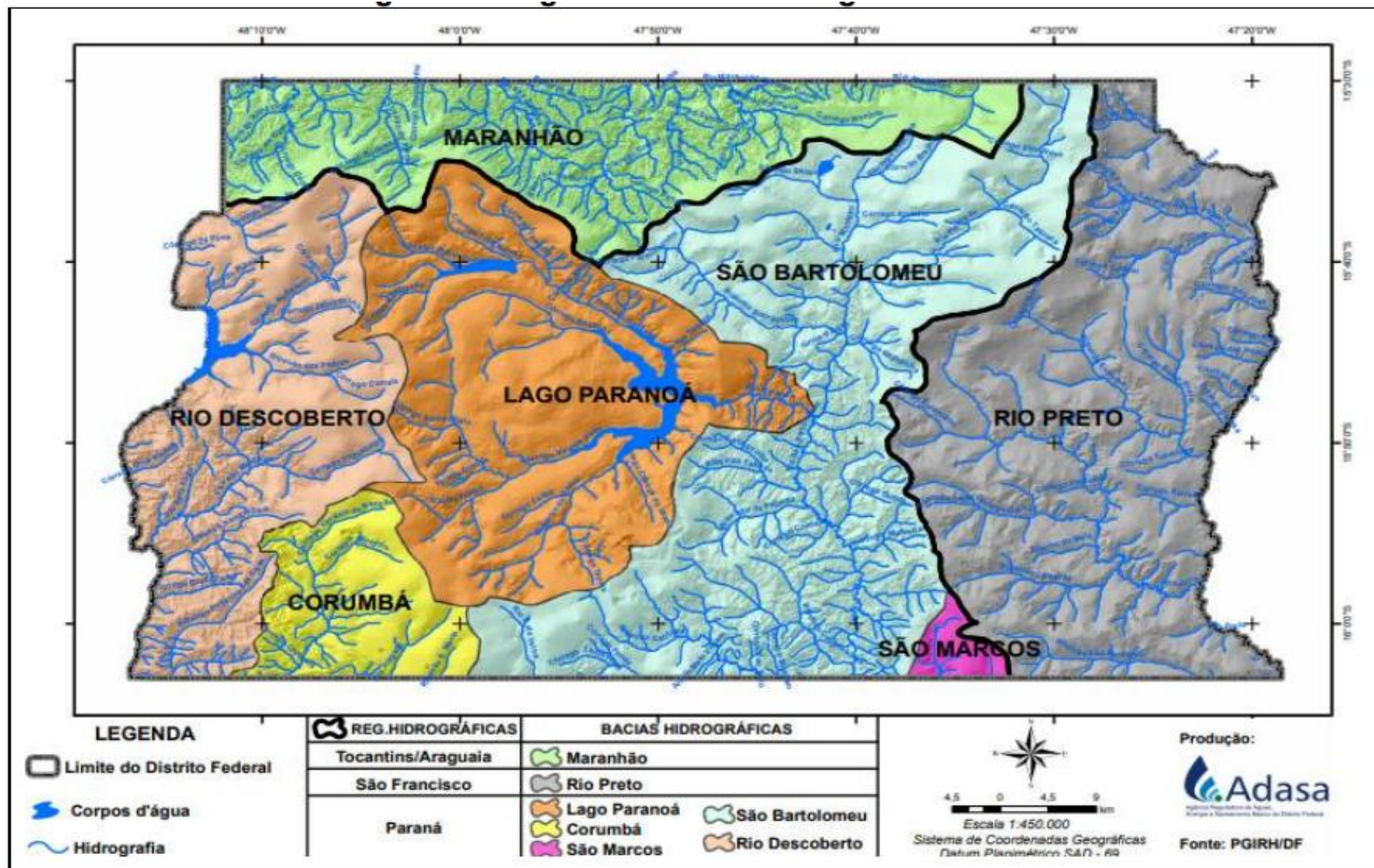
Fonte: ADASA, 2023.

A integridade ecológica do parque é fundamental para a sobrevivência das espécies que nele habitam, sendo constantemente ameaçada pela fragmentação de *habitat*, pela pressão urbana, pelas queimadas e pelo avanço desordenado das zonas urbanas, o que reforça a importância da gestão eficaz da unidade e do respeito à sua Zona de Amortecimento (ICMBIO, 2023).

O PNB abriga nascentes que compõem parte significativa da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Destacam-se, nesse contexto, o Córrego Acampamento, o Córrego Bananal e diversas outras microbacias que alimentam o reservatório de Santa Maria, responsável por grande parte do abastecimento de água potável do Plano Piloto e de outras regiões administrativas de Brasília (ADASA, 2021). A figura 5 traz a representação das principais bacias hidrográficas do DF.

A vegetação nativa e o solo poroso do Cerrado têm papel fundamental na infiltração da água da chuva, na recarga dos aquíferos subterrâneos e no controle da erosão, sendo o Parque um verdadeiro “reservatório natural” em meio à urbanização.

Figura 5 - Bacias Hidrográficas do Distrito Federal

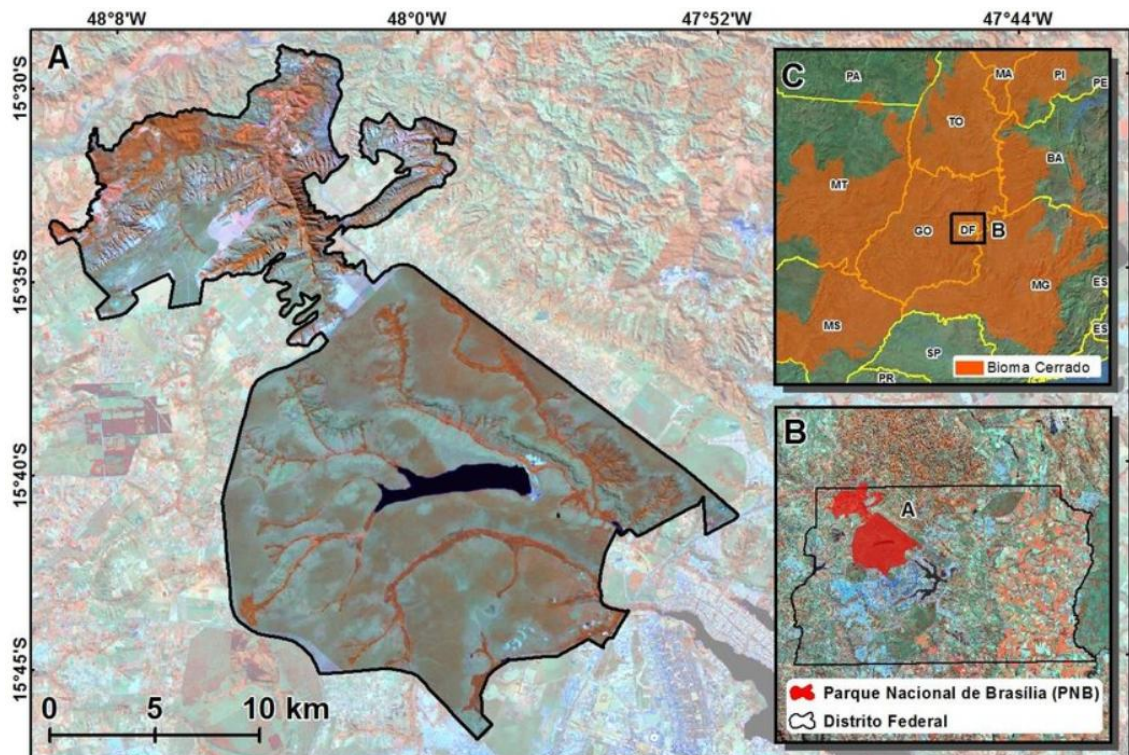


Fonte: ADASA, 2016.

Além disso, no que tange ao aspecto social, o PNB contribui diretamente para o abastecimento da população do Distrito Federal por meio da Barragem de Santa Maria, conforme já indicado e aqui ilustrado nas figuras 6 e 7. Nessa bacia, destacam-se o Ribeirão do Torto e o próprio Córrego Bananal, importantes afluentes cujas nascentes encontram-se protegidas pela unidade (ADASA, 2021).

Estudos apontam que a cobertura vegetal do Cerrado atua como uma “esponja natural”, regulando o fluxo hídrico subterrâneo e superficial, alimentando os aquíferos e garantindo estabilidade hidrológica mesmo em períodos de seca prolongada (SANO; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008). Assim, o Parque cumpre um papel ecológico essencial que ultrapassa seus limites físicos, articulando-se com a funcionalidade hídrica no território do Distrito Federal. Ao observar a figura 6, abaixo, tem-se as seguintes representações: no quadrante “C” o DF no contexto do Bioma Cerrado; no “B”, localização do PNB (área vermelha) em relação ao espaço do DF; e no “A”, tem-se o destaque do limite da área do Parque Nacional de Brasília.

**Figura 6 - Barragem de Santa Maria dentro da área do PNB**



Fonte: <https://www.researchgate.net>; 2025.

Por outro lado, o PNB também atua como uma barreira ao avanço desordenado da urbanização. A crescente valorização imobiliária de áreas em seu entorno, como o Setor Noroeste – conforme já indicado, evidencia as pressões antrópicas sobre seu território a quem

vai chamar de instrumentalização da conservação da natureza dentro da lógica de valorização do solo urbano (PORTO-GONÇALVES, 2006). Nesse sentido, o Parque funciona não apenas como espaço de conservação ambiental, mas também como fronteira simbólica e concreta frente às tensões urbanas de uso do solo.

Adicionalmente, destaca-se a importância da regulação climática desempenhada pela unidade de conservação, sobretudo em um contexto de aquecimento global. A vegetação do Cerrado tem capacidade de reter carbono e equilibrar as temperaturas locais, funcionando como um “ar-condicionado natural” que mitiga os efeitos das ilhas de calor geradas pela urbanização. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2020), áreas verdes contínuas como o Parque Nacional de Brasília são essenciais para manter a estabilidade climática e reduzir os impactos das mudanças no uso da terra.

**Figura 7** - Barragem de Santa Maria inserida na área do PNB



Fonte: fly.metroimg.com; 2025.

Dessa forma, ao preservar os ecossistemas do Cerrado, o PNB desempenha papel crucial não apenas na conservação ambiental, mas também no bem-estar socioambiental da população do DF, promovendo a sustentabilidade urbana e a qualidade de vida.

### **3.3. A gestão do Parque: órgãos responsáveis e instrumentos de controle**

O Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, atualizado em 2019 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), configura-se como o principal instrumento de gestão territorial e ambiental da unidade. Por essa razão, esse instrumento precisa ser considerado por quem planeja implantar empreendimentos no entorno da Unidade

de conservação (ICMBio, 2021). Esse Plano é um balizador para compatibilizar os usos territoriais compatíveis na Zona de Amortecimento frente a necessidade premente de conservação dessa Unidade.

A gestão do PNB é de competência do ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável por implementar a política nacional de unidades de conservação, conforme preconiza a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000). Entre os principais instrumentos de gestão previstos nessa legislação, destacam-se o Plano de Manejo, o Conselho Gestor, os Relatórios de Monitoramento e os Estudos de Impacto Ambiental, todos com vistas à proteção da biodiversidade e ao ordenamento do território.

#### 4. USOS DO SOLO E OCUPAÇÕES NO ENTORNO DO PNB

A crescente expansão urbana e o avanço das infraestruturas nas áreas do entorno do Parque geram conflitos territoriais significativos, promovendo desmatamento, poluição sonora, contaminação dos recursos hídricos e fragmentação dos *habitats* (ACSELRAD, 2004a). Tais tensões resultam da lógica de apropriação capitalista do território, em que o espaço natural passa a ser mercadoria, reproduzindo as desigualdades sociais e ecológicas (DIEGUES, 1995).

Os conflitos sobre o uso do território revelam as disputas simbólicas e materiais sobre os significados e funções atribuídas aos espaços naturais, destacando a importância do conceito de territorialidade nas análises geográficas. Nesse sentido, compreender os usos e ocupações do entorno do PNB exige considerar a complexa relação entre os interesses econômicos, as dinâmicas urbanas e os limites impostos pela legislação ambiental (HAESBAERT, 2004).

Assim, o processo de urbanização acelerada nas áreas limítrofes ao parque reflete um modelo de desenvolvimento que muitas vezes ignora as restrições ambientais, favorecendo a ocupação irregular e a pressão sobre os recursos naturais protegidos. Essas ocupações incluem loteamentos formais e informais, comércios, áreas de lazer e expansão habitacional voltada para setores de diferentes faixas de renda, configurando um mosaico territorial que dificulta o controle e a gestão integrada do entorno do PNB.

##### 4.1. Expansão urbana e impactos ambientais

A expansão urbana no DF tem gerado efeitos significativos sobre áreas de preservação ambiental, como o Parque Nacional de Brasília (PNB), ao tensionar os limites físicos, ecológicos e legais dessa unidade de conservação. Tal dinâmica impõe desafios à gestão territorial e à conservação do Cerrado, diante da intensificação do uso do solo, da valorização fundiária e da consolidação de uma urbanização muitas vezes desconectada dos princípios do planejamento ambiental e sustentável.

A pressão fundiária nas áreas do entorno do Parque é intensificada por empreendimentos imobiliários que avançam sobre a Zona de Amortecimento e áreas sensíveis. A exemplo tem-se o Setor Noroeste, a Granja do Torno, Setor de Oficinas Norte e parte da Região Administrativa da Estrutural (RA XXV). O Setor Noroeste, inaugurado oficialmente em 2009, está localizado na Região Administrativa Plano Piloto (RA I), e é considerado o último bairro planejado de Brasília. Seu padrão urbanístico é caracterizado por edificações de alta densidade vertical, com predominância de prédios residenciais e comércio de uso misto, inseridos em uma malha urbana densa, a figura 8 que mostra o padrão de ocupação urbana do Setor Noroeste.

Essa área habitacional foi implantada em um espaço ambientalmente sensível, próximo à Zona de Amortecimento do PNB, acarretando assim pressões antrópicas sobre o Cerrado. Estudos técnicos, pareceres do ICMBio e de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) alertaram sobre os riscos de fragmentação do *habitat*, perda de cobertura vegetal nativa e aumento da pressão antrópica sobre o Parque (ICMBio, 2021) como consequência da implantação desse tecido urbanístico.

**Figura 8** - Região Administrativa I, Setor Noroeste/DF



Fonte: silveiraimoveis.com; 2025.

Nesse diálogo, o incêndio ocorrido no Parque Nacional de Brasília (PNB), em 15 de setembro de 2024, representa um dos episódios mais críticos de degradação ambiental registrados na unidade de conservação. Após um período prolongado de 154 dias sem chuva e com temperaturas elevadas, atingindo 35,4°C, o fogo se alastrou por quatro dias, devastando aproximadamente 1.473 hectares do bioma Cerrado (agenciabrasil.ebc.com.br, 2025).

O impacto ambiental foi severo, comprometendo significativamente a flora e a fauna locais, além de gerar um quadro alarmante de poluição atmosférica que se espalhou por grande parte do DF. A concentração de material particulado chegou a 1.072 microgramas por metro cúbico, ultrapassando em mais de dezesseis vezes o limite de referência recomendado (60 µg/m<sup>3</sup>) – as imagens da figura 9 mostra a cortinha de fumaça resultante do incêndio no PNB em 2024 (agenciabrasil.ebc.com.br, 2025).

Esse desastre expôs a vulnerabilidade do PNB diante das condições climáticas extremas e da falta de políticas eficazes de prevenção e manejo do fogo. Além dos danos ecológicos, os efeitos sobre a saúde pública foram imediatos, com inúmeros casos de mal-estar e problemas respiratórios entre os moradores das áreas atingidas. O episódio reforça a urgência de estratégias

integradas de conservação, monitoramento e educação ambiental, que considerem as dinâmicas climáticas e sociais que influenciam a ocorrência e a intensidade dos incêndios no Cerrado (agenciabrasil.ebc.com.br, 2025).

**Figura 9** - Queimada no PNB e poluição do ar no DF, 2024



Fonte: g1.globo.com

Situações como a registrada acima são resultado das pressões antrópicas na Zona de Amortecimento do Parque. Outro exemplo refere-se ao Setor Noroeste cuja consolidação tem gerado embates jurídicos e políticos, sendo objeto de ações do Ministério Público Federal e de mobilizações da sociedade civil, em razão dos impactos diretos sobre o ecossistema do PNB (SVARTMAN, 2021). A sua implantação tem gerado fragmentação de *habitat*, perda de cobertura vegetal nativa e aumento da impermeabilização do solo (ICMBio, 2021).

A presença de múltiplos interesses territoriais evidencia o conflito entre lógicas distintas de apropriação da natureza: de um lado, a lógica da mercantilização e urbanização acelerada em contraponto à necessidade de conservação ambiental voltada à garantia de acesso ao direito coletivo ao meio ambiente equilibrado (HAESBAERT, 2004).

Porto-Gonçalves (2006) sugere que o avanço urbano sobre áreas naturais deve ser entendido como uma expressão da lógica de apropriação capitalista da natureza, em que os espaços protegidos se tornam alvo de interesses econômicos e de reprodução do capital. No caso do PNB, a expansão urbana avança de forma fragmentada, porém contínua, sobre a Zona de Amortecimento e sobre áreas sensíveis do bioma Cerrado, afetando diretamente sua biodiversidade, seus aquíferos e sua função ecológica.

A ocupação da Granja do Torto originou-se com a Residência Oficial da Presidência da República e os assentamentos dos funcionários que ali trabalhariam. É a propriedade de campo do chefe do Executivo Federal e o nome – Granja do Torto, está relacionado à sua localização, na Fazenda do Riacho Torto, que, na origem, também produzia ovos e frangos para a residência

do Presidente da República. Além da Residencial Oficial também foi construída a Vila dos Técnicos e Operários trabalhadores e no curso do tempo teve-se a evolução da ocupação urbana no local – observar a figura 10 abaixo do Parque de Exposições Agropecuárias da Granja do Torto ([www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br), 2025)

**Figura 10** - Parque de Exposições Agropecuárias da Granja do Torto



Fonte: <https://www.mbrengharia.com.br>; 2025.

Na atualidade a Granja do Torto integra a Região Administrativa do Lago Norte (RA XVIII) – área nobre do DF. É um complexo que abrange desde a residência oficial e áreas habitacionais de diferentes padrões até um polo tecnológico e um parque com potencial para desenvolvimento econômico e social. Na atualidade há projetos oficiais para a revitalização e a transformação do Parque Granja do Torto em um espaço dinâmico e multifuncional ([www.seduh.df.gov.br](http://www.seduh.df.gov.br), 2025)

A RA XXV (Estrutural) tornou-se unidade administrativa do DF por meio da Lei nº 3.315, de 27 de janeiro de 2004. Foi criada com a finalidade de descentralizar a administração pública no Distrito Federal. Ela abrange uma área de 738,66 hectares e sua população estimada é de, aproximadamente, 25.732 habitantes.

No que tange à economia e renda, a RA é caracterizada por atividades informais e uma população assalariada, embora a renda per capita, da maioria dos domicílios, seja entre um e cinco salários mínimos mensais – mas 82,11% da população vive com até 1 e ½ salários mínimo – observar a figura 11 que apresenta o padrão de ocupação da RA Estrutural (CODEPLAN, 2025).

**Figura 11**– Padrão de ocupação urbana da Estrutural, RA XXV/DF



Fonte: <https://radiocorredor.com.br>; 2025.

O Setor de Oficinas Norte (SOF Norte) é destinado às atividades do ramo industrial/comercial que possuem alto potencial poluidor (mecânicas, borracharias, lava-jatos). Foi implantado na década de 1970, dentro da Região Administrativa Plano Piloto (RA I), com padrão urbanístico funcional, voltado para a ocupação de lotes com galpões e estruturas industriais de pequeno e médio porte, observar figura 12 que apresenta a tipologia de ocupação do SOF Norte. Sua função econômica está centrada nos serviços de manutenção e comércio técnico.

A ausência de infraestrutura ambiental adequada — como sistema de coleta e tratamento de resíduos e efluentes, tem contribuído para a contaminação do solo e da água, com efeitos diretos na Barragem de Santa Maria que abastece parte da capital, e que têm nascentes e áreas de recarga situadas dentro dos limites do parque (ICMBio, 2021).

Essas RAs, já indicadas, são marcadas por ocupações irregulares e crescimento desordenado e apresentam padrão urbanístico caracterizado por loteamentos informais, baixa infraestrutura urbana e ausência de planejamento.

O parcelamento do solo urbano ocorre, muitas vezes, em desacordo às indicações dos projetos urbanísticos estatal, e desconsideram as restrições físico-ambientais. Resulta então na existência de espaços sem saneamento básico, coleta adequada de resíduos ou proteção às áreas de recarga hídrica e margens de córregos. Isso promove processos de degradação ambiental que afetam o entorno imediato do PNB (BRASIL, 2015).

**Figura 12** - Tipologia de uso do solo no Setor de Oficinas Norte/DF

Fonte: [www.acitdf.com.br](http://www.acitdf.com.br); 2025.

Esses vetores de expansão urbana não apenas avançam sobre áreas próximas ao parque, mas também geram impactos ambientais cumulativos, como o aumento da poluição atmosférica e sonora, alterações nos regimes hídricos, compactação do solo, destruição da vegetação nativa e o isolamento ecológico de populações faunísticas. A urbanização provoca múltiplos tensionamentos sobre o território do PNB conforme indicado na tabela 1 algumas ações antrópicas e seus respectivos impactos socioambientais resultantes.

**Tabela 1** - Ações antrópicas e impactos resultantes

<b>AÇÕES</b>	<b>IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RESULTANTES</b>
A substituição de áreas contínuas de vegetação por manchas urbanas	fragmentação e degradação do Cerrado; impedimento à circulação de fauna; interrupção dos corredores ecológicos; diminuição da resiliência do bioma frente às mudanças climáticas e às ações humanas
A impermeabilização do solo decorrente da urbanização	contaminação dos recursos hídricos; impedimento da recarga dos aquíferos; aumento do escoamento superficial; ocorrência de enchentes e a carga de poluentes nos corpos d'água; impactos sobre as nascentes do Córrego do Bananal - que abastece parte do Plano Piloto e de outras regiões do DF
A presença de áreas urbanas adensadas nas proximidades do PNB	poluição sonora e luminosa; impacto sobre os ciclos naturais da fauna; ruídos intensos, luz artificial e presença humana constante afastam animais silvestres e impactam negativamente a biodiversidade;

Fonte: (BARBOSA, 2001a; SANO et al., 2008a); (SVARTMAN, 2021). Elaboração: A autora, 2025.

Os impactos socioambientais são agravados pela falta de articulação entre o ordenamento territorial urbano e as políticas de conservação ambiental. Como destaca Maristela Svartman (2021), a fragmentação institucional e a ausência de políticas públicas integradas entre o poder público ambiental e o urbanístico contribuem para a intensificação dos conflitos territoriais e para a fragilização das unidades de conservação.

Sendo assim, a expansão urbana no entorno do Parque Nacional de Brasília configura um processo de pressão contínua sobre o território dessa unidade, colocando em risco seus objetivos de conservação. A falta de planejamento integrado entre os setores responsáveis pelo desenvolvimento urbano e ambiental e a fragilidade na aplicação de instrumentos legais como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e a Zona de Amortecimento tornam o parque vulnerável à lógica do crescimento urbano descontrolado.

#### **4.2. Políticas públicas e planejamento urbano na região**

O PNB é regido por um conjunto de políticas públicas e instrumentos legais que visam garantir a conservação da sua biodiversidade, a proteção dos seus recursos naturais e a promoção do uso sustentável do seu território. Entretanto, sua efetiva conservação exige mais do que a existência de normas: demanda uma articulação entre estratégias institucionais, fiscalização, participação social e integração com o planejamento territorial urbano.

Conforme já indicado, principal marco legal que rege o funcionamento do PNB é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000. Esse instrumento também estabelece a obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Manejo, instrumento técnico que define o zoneamento e as normas de uso da unidade (BRASIL, 2000). Conforme indicado, o PNB é administrado pelo ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e cabe a esse órgão a gestão, o monitoramento ambiental, a fiscalização e a promoção de atividades de educação ambiental e pesquisa científica dentro do parque (ICMBio, 2023).

Além do SNUC, a gestão do Parque dialoga com outras legislações e instrumentos normativos importantes, quais sejam: o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que define Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais, inclusive nas áreas do entorno do parque; o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal, que estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo em todo o território distrital, incluindo a Zona de Amortecimento do Parque além do próprio Plano de Manejo (ICMBio, 2021), que orienta ações de conservação, zoneamento e gestão participativa.

O PDOT é um dos principais instrumentos de planejamento urbano e territorial do Distrito Federal. A versão mais recente, aprovada pela Lei Complementar nº 803/2009, define diretrizes para o desenvolvimento urbano, ambiental e socioeconômico, buscando promover o uso racional do solo e proteger áreas ambientalmente sensíveis. No que se refere ao entorno do PNB, o PDOT delimita zonas de proteção ambiental, define limitações à expansão urbana e

propõe a criação de corredores ecológicos e áreas verdes interligadas com a UC, visando reduzir os impactos antrópicos e fortalecer a conectividade ecológica (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Já o Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, elaborado e aprovado em 2016 pelo ICMBio, organiza o território do parque por meio de zoneamentos específicos, como a Zona de Uso Intensivo, voltada à visitação e atividades de educação ambiental; a Zona de Uso Extensivo, destinada a atividades de pesquisa e visitação controlada; e a Zona de Preservação, que tem acesso restrito e proteção máxima por concentrar maior sensibilidade ecológica e espécies ameaçadas. O Plano também estabelece regras para a gestão participativa, monitoramento da biodiversidade, controle de espécies invasoras, manejo do fogo e relação com as comunidades do entorno (ICMBio, 2021).

Portanto, as políticas públicas que orientam o planejamento urbano no entorno do PNB estão fortemente associadas à integração entre o planejamento distrital (PDOT), os instrumentos legais federais (SNUC, Código Florestal) e os dispositivos específicos de gestão ambiental (Plano de Manejo). No entanto, a efetividade dessas normas ainda depende de mecanismos mais consistentes de fiscalização, controle da expansão urbana desordenada e incentivo à participação da comunidade local nos processos decisórios.

## **5. CONFLITOS TERRITORIAIS NO ENTORNO DO PARQUE**

A compreensão dos usos e conflitos territoriais no entorno do Parque Nacional de Brasília (PNB) é fundamental para analisar os desafios enfrentados na preservação do Cerrado em meio ao crescimento urbano do Distrito Federal. A área ao redor do parque, originalmente destinada à proteção ambiental e à segurança hídrica, passou a ser progressivamente ocupada por atividades antrópicas, revelando tensões entre os interesses da conservação e os processos de urbanização, especulação fundiária e apropriação do território.

### **5.1. Conflitos socioambientais: interesses econômicos x preservação**

Conforme aponta Acselrad (2004a), os conflitos ambientais são expressões de disputas sobre o uso, controle e acesso aos recursos naturais, estando diretamente relacionados às desigualdades socioespaciais. Milton Santos (1996) contribui com a reflexão sobre a natureza do espaço, alertando para os impactos da racionalidade técnica e econômica sobre os territórios, especialmente aqueles com valor ecológico. Nesse contexto, a análise do PNB permite evidenciar a tensão entre o espaço de preservação e o espaço de produção, em que políticas públicas nem sempre conseguem responder à altura da complexidade dos conflitos existentes.

Como enfatiza Svartman (2019), a efetivação da conservação ambiental no Brasil requer o fortalecimento institucional, a integração com as comunidades do entorno e o reconhecimento da pluralidade de interesses que permeiam os territórios protegidos. As atividades que degradam a vegetação do Cerrado, a fauna e os recursos hídricos no entorno do parque evidenciam um conflito ambiental entre os objetivos da conservação e os interesses de grupos econômicos que priorizam o lucro imediato, mesmo que à custa da sustentabilidade.

A documentação oficial do ICMBio (2023), como o Plano de Manejo e os Relatórios de Fiscalização, confirma que os impactos oriundos dos usos irregulares extrapolam os limites do parque, comprometendo a conectividade ecológica e afetando diretamente os corredores ecológicos que garantem a migração de espécies, a recomposição da flora e o equilíbrio dos ecossistemas.

Portanto, os conflitos territoriais no entorno do Parque Nacional de Brasília são resultado da tensão entre a conservação ambiental e os modelos de desenvolvimento urbano praticados no Distrito Federal. A ausência de políticas públicas integradas, associada à frágil fiscalização e ao poder da especulação imobiliária, contribui para a pressão sobre o parque e dificulta a consolidação de uma gestão territorial sustentável. O reconhecimento e a mediação desses conflitos devem ser centrais na formulação de estratégias eficazes de conservação

## 5.2. Comunidades locais, relação com o território e disputas fundiárias

A análise territorial do entorno do parque revela uma diversidade de usos do solo, frequentemente conflitantes com os objetivos da Unidade de Conservação. Nesse sentido, tem-se a expansão urbana planejada e não planejada.

No primeiro caso, a criação do Setor Noroeste, a partir de 2009, representa hoje uma das maiores expansões urbanas nas imediações do Parque. Embora planejado, o setor suscitou críticas de ambientalistas e pesquisadores por sua proximidade com áreas de preservação, sobretudo com a zona de amortecimento do Parque (ICMBio, 2023).

Por outro lado, há registros de ocupações não autorizadas, como assentamentos informais e condomínios irregulares na região da Granja do Torto, que comprometem a integridade ecológica da unidade. Estudos apontam que tais ocupações contribuem para o desmatamento, a poluição de corpos hídricos e a fragmentação de *habitats* no entorno do Parque Nacional de Brasília (BRASIL, 2022), conforme indicados a seguir.

No Setor de Oficinas Norte (SOF Norte), o uso intensivo do solo com funcionamento de oficinas mecânicas e serviços automotivos gera riscos significativos de contaminação do solo e dos aquíferos subterrâneos, dada a manipulação de óleos, combustíveis, derivados de petróleo e resíduos industriais. A proximidade com áreas de recarga hídrica agrava o potencial de impacto ambiental. Segundo pesquisa do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), essa atividade tem provocado contaminação por metais pesados e hidrocarbonetos, colocando em risco o aquífero que abastece a Barragem de Santa Maria – o Paranoá (IBRAM, 2021).

O entorno do parque também é palco de conflitos envolvendo os incorporadores imobiliários e indígenas. A exemplo tem-se também o conflito territorial com o povo Kariri-Xocó, que reivindica a demarcação de outra área indígena na região da Granja do Torto. Esse grupo tem sofrido pressão por remoção mesmo em meio a processos de regularização e reconhecimento pelo Estado (FUNAI, 2022).

Outro conflito étnico refere-se à luta pelo reconhecimento do Santuário dos Pajés, território tradicional ocupado pelos grupos indígenas Fulni-ô, Tuxá, Tukano e Kariri-Xocó que agora vivem pressionados pela urbanização desse bairro. O Santuário está localizado na região próxima ao Setor Noroeste conforme observado na figura 13. Essa expansão urbana sobre o território sagrado resultou em diversas manifestações e denúncias de violações de direitos territoriais, configurando um caso emblemático de conflito entre interesses do mercado imobiliário e os direitos dos povos originários (OLIVEIRA, 2017).

O Setor Noroeste foi construído em terras reivindicadas, historicamente, pelos grupos indígenas Fulni-ô, Tuxá, Tukano e Kariri-Xocó. Não obstante os protestos de instituições da

sociedade civil e do Ministério Público, em defesa dos indígenas, o bairro foi implantado. Em contrapartida, em termo de ajustamento, o Governo do DF prontificou-se em construir o Santuário dos Pajés, em área limdeiro ao limite Setor Noroeste (OLIVEIRA, 2021).

**Figura 13** - Área planejada para instalação do Santuário dos Pajés, Setor Noroeste/DF



Fonte: <https://s2-g1.glbimg.com>; 2025.

O Santuário será instalado em área considerada sagrada e de histórica ocupação tradicional dos grupos indígenas urbanos em questão. A expansão imobiliária do bairro tem gerado conflitos fundiários e tensões e o Santuário representa um espaço de resistência indígena em meio ao contexto urbano – persistem ainda disputas legais e protestos públicos pela garantia desse direito (OLIVEIRA, 2017).

### 5.3. Casos emblemáticos e disputas fundiárias

Conforme já discutido, no entorno do PNB, observam-se múltiplos vetores de pressão, que vão desde grandes empreendimentos urbanos, como o Setor Noroeste, até ocupações irregulares e atividades produtivas como chácaras, loteamentos e oficinas automotivas. Esses usos se sobrepõem e muitas vezes entram em conflito com os objetivos de conservação dessa UC, intensificando a disputa pelo território.

A valorização imobiliária de áreas próximas ao Parque tem promovido uma corrida por terras com fins especulativos. O solo urbano no entorno do PNB passa a ser visto como “área

nobre”, o que incentiva loteamentos e condomínios de alto padrão que tensionam os limites da unidade e desrespeitam sua Zona de Amortecimento (ROLNIK, 2015). Essa lógica de mercado, aliada à fragilidade na fiscalização fundiária e ambiental, fomenta um processo de desterritorialização das populações mais vulneráveis - conforme o caso emblemático dos grupos indígenas já citados, e de degradação dos recursos naturais protegidos pelo Parque.

Essas comunidades indígenas e tradicionais enfrentam a negação do direito ao território e à autodeterminação. Esses conflitos têm natureza política e social, uma vez que envolvem o reconhecimento do direito à terra e à permanência do seu modo de vida, em consonância com a conservação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006). O caso do Santuário dos Pajés, território sagrado localizado no coração do Setor Noroeste, é emblemático nesse contexto. Os referidos povos indígenas, têm realizado manifestações e ações judiciais para impedir a sua remoção e garantir o reconhecimento de seu território tradicional, inclusive com apoio do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI (FUNAI, 2022).

Essa resistência indígena expressa um enfrentamento à lógica de homogeneização do espaço urbano, à invisibilização da diversidade étnica e à mercantilização da terra. Como observa Acselrad (2004a), os conflitos ambientais muitas vezes são também conflitos por reconhecimento, nos quais populações historicamente marginalizadas lutam pela legitimidade de sua presença e de seus modos de vida frente a projetos desenvolvimentistas e à apropriação capitalista da natureza.

#### **5.4. O Estado e os movimentos sociais: apropriação da natureza e conservação ambiental**

O contexto assinalado reflete a complexidade dos conflitos fundiários em áreas urbanas do Distrito Federal, onde a urbanização frequentemente avança sobre territórios ocupados por populações tradicionais, gerando disputas que envolvem direitos constitucionais, pressões do mercado imobiliário e ausência de consulta prévia, livre e informada – conforme previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT (BRASIL, 2004).

Torna-se, portanto, imprescindível destacar o papel da sociedade civil organizada e das comunidades locais na construção de estratégias de defesa do Parque Nacional de Brasília (PNB). Movimentos socioambientais, organizações não governamentais (ONGs), coletivos de moradores e grupos de pesquisa da Universidade de Brasília têm desempenhado um papel ativo na denúncia de irregularidades, na educação ambiental e na mobilização política em defesa da conservação do Cerrado. Essa participação reflete o exercício da cidadania ambiental e a

constituição de múltiplas territorialidades, nas quais o espaço não é apenas um objeto de uso, mas um campo de disputas simbólicas, políticas e ecológicas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A tensão entre conservação ambiental e apropriação capitalista da natureza revela conflitos territoriais em que se opõem, de um lado, o Estado, o mercado e agentes empreendedores, e de outro, comunidades locais, movimentos socioambientais em defesa da natureza. Esses conflitos expressam o que Lefebvre (1999) denominou como uma "luta de classes no espaço", em que o direito à cidade e o direito à natureza são frequentemente negados à maioria da população.

No entorno do PNB, moradores de áreas periféricas como a RA Estrutural são, às vezes, estigmatizados como 'invasores', ocupantes ilegais de terras, enquanto grandes projetos urbanos – como o próprio Setor Noroeste, recebem amplo apoio estatal e são legitimados pelo discurso do progresso urbano (SVARTMAN, 2019). Essa assimetria evidencia que a conservação ambiental, para ser justa e efetiva, deve estar inserida em um projeto de sociedade mais equitativo, inclusivo, democrático e ambientalmente sustentável.

## **6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A discussão sobre as Unidades de Conservação no Brasil revela que a efetividade da política ambiental depende da integração entre arcabouço legal, gestão territorial e participação social. No contexto do Cerrado, bioma historicamente submetido à lógica de expansão agropecuária e à urbanização acelerada, as UCs se configuram como espaços de resistência ecológica e política frente ao avanço da fronteira capitalista sobre a natureza (SANTOS, 2004).

### **6.1. O PNB sob ameaça da lógica capitalista de apropriação da natureza**

As discussões apontaram que o PNB representa um instrumento territorial fundamental não apenas para a preservação da biodiversidade, mas também para a manutenção dos serviços ecossistêmicos que sustentam a vida urbana e rural do Distrito Federal. Sua função extrapola a dimensão ecológica, assumindo papel pedagógico e simbólico na construção de uma consciência ambiental crítica, ao mesmo tempo em que tensiona o modelo de desenvolvimento baseado na apropriação intensiva do Cerrado. Assim, compreender o Parque como uma Unidade de Conservação implica reconhecer sua centralidade na disputa por usos do território e na defesa de um projeto societário que valorize o Cerrado como patrimônio coletivo e não como mera reserva de recursos naturais.

Conforme abordado, o Cerrado, embora frequentemente invisibilizado nas políticas ambientais, por exemplo, frente à hegemonia amazônica nos discursos de conservação, constitui-se como um bioma-chave para a sustentabilidade ecológica e territorial do Brasil Central. Sua condição de berço das águas e de corredor ecológico o transforma em peça fundamental para a estabilidade hidrológica nacional (RIBEIRO; WALTER, 2008; SANO; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008). No entanto, sob a lógica capitalista de apropriação da natureza, o Cerrado tem sido reduzido a um espaço de fronteira agrícola e de expansão urbana, sofrendo intensas pressões territoriais que ameaçam sua integridade ecológica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse cenário, o Parque Nacional de Brasília emerge como uma barreira ecológica e simbólica contra o avanço do desmatamento e da urbanização desordenada no Distrito Federal, atuando como guardião das nascentes que abastecem a capital e das espécies típicas do bioma. Verifica-se assim, que o PNB transcende o papel de unidade de proteção, configurando-se como território de resistência e mediação entre natureza e sociedade — um espaço onde se materializa a contradição entre conservação e desenvolvimento. A sua existência reafirma o desafio da Geografia em compreender o Cerrado não apenas como paisagem natural, mas como território

político em disputa, onde se entrelaçam as dimensões ecológicas, sociais e econômicas do espaço geográfico (HAESBAERT, 2004).

As discussões dos tópicos 3 e 4 mostraram que os conflitos territoriais em torno do PNB revelam a profunda contradição entre o discurso da sustentabilidade e a prática da mercantilização da natureza. Foi apontado que a dinâmica territorial do Distrito Federal expressa o avanço de um urbanismo seletivo, que combina valorização fundiária, exclusão socioespacial e degradação ambiental sob o manto da “cidade verde” (ACSELRAD, 2004a).

Nesse contexto, o PNB assume papel estratégico como fronteira simbólica e material de resistência à expansão do capital sobre o Cerrado, configurando-se como um espaço de disputa entre diferentes racionalidades: a lógica ecológica da conservação e a lógica econômica da acumulação. Essa tensão evidencia o que Milton Santos (1996) denomina de “uso desigual do território”, no qual o espaço é apropriado de modo funcional às necessidades do capital, marginalizando a coletividade e fragilizando os ecossistemas.

O desafio, portanto, consiste em ressignificar a gestão ambiental do Parque como instrumento político de justiça socioambiental — uma gestão que reconheça o Cerrado como sujeito de direito e o PNB como território de resistência ativa frente à urbanização predatória. Nesse sentido, a defesa do parque transcende o campo da conservação ecológica e se inscreve na luta por um outro modelo de produção do espaço, pautado na solidariedade, na sustentabilidade e no direito ao território (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para que ocorra a gestão adequada precede um diálogo com o planejamento territorial. Este representa um instrumento essencial da geografia para pensar o uso do solo de forma integrada, participativa e comprometida com a justiça socioambiental. Conforme Porto-Gonçalves (2006), trata-se de um processo técnico-político que visa orientar a ocupação do espaço geográfico em equilíbrio com a diversidade ecológica e sociocultural dos territórios. No entorno de áreas protegidas, como o PNB, o planejamento territorial adquire relevância estratégica, uma vez que precisa conciliar a conservação ambiental com as demandas sociais e econômicas das populações locais.

Nesse diálogo, Acselrad (2004) indica que o território é um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade e não pode ser reduzido a uma mera dimensão tecnocrática. Logo, o planejamento, quando desvinculado dos sujeitos e dos conflitos que estruturam o espaço, tende a reforçar desigualdades e a favorecer a mercantilização da natureza. Assim, a crescente valorização fundiária e a urbanização desordenada no entorno do PNB exemplificam os efeitos da ausência de um ordenamento comprometido com o interesse coletivo, revelando

como a lógica capitalista instrumentaliza o espaço em benefício do mercado imobiliário e de setores econômicos privilegiados, por vezes reforçados pela ação estatal.

Diegues (1995) amplia essa crítica ao denunciar a concepção excludente de “natureza intocada”, que ignora os modos tradicionais de uso sustentável e deslegitima as populações que historicamente habitam e cuidam desses territórios. Ao transformar as funções ecológicas em ativos financeiros – processo que Acsegrad (2004b) chama de *financeirização da natureza* – a conservação perde seu caráter público e social, sendo convertida em oportunidade de rentabilidade.

Dessa forma, o planejamento territorial no entorno de áreas protegidas deve ser compreendido como prática política e social, fundamentada na participação comunitária e na valorização dos saberes locais. No contexto do Cerrado, essa abordagem é indispensável para enfrentar as pressões do capital e da urbanização predatória, garantindo a preservação da sociobiodiversidade e o direito ao território. Assim, planejar é também resistir à homogeneização do espaço e reafirmar sua dimensão política, ecológica e cultural.

Conforme pautado, o PNB, criado em 1961, representa uma das unidades de conservação mais antigas e estratégicas do Brasil, sendo fundamental para a preservação do Cerrado e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais ao Distrito Federal (BRASIL, 1961). A ampliação territorial do Parque, que atualmente abrange aproximadamente 42.389 hectares, evidencia a necessidade de proteger a biodiversidade e os recursos hídricos em uma região submetida a intenso crescimento urbano e pressões antrópicas (ADASA, 2021).

No que tange ao aspecto ecológico, o Parque abriga fitofisionomias variadas, como cerradões, campos limpos, veredas e matas de galeria, que sustentam rica biodiversidade, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o lobo-guará e o tamanduá-bandeira (AGÊNCIA GOV, 2024). Além disso, ele desempenha papel essencial na proteção de nascentes e sub-bacias hidrográficas que garantem a oferta de água potável para a população de Brasília, funcionando como um verdadeiro “reservatório natural” e regulador hídrico (ADASA, 2021).

Essa UC também cumpre uma função social e simbólica ao atuar como barreira contra a expansão urbana desordenada e a valorização imobiliária predatória, que instrumentalizam a conservação como estratégia de *marketing* territorial (PORTO-GONÇALVES, 2006). Nesse sentido, o parque não é apenas um espaço de proteção ambiental, mas também uma fronteira de resistência às pressões econômicas e urbanísticas, demonstrando a inseparabilidade entre conservação ecológica e justiça socioespacial.

A gestão do PNB, coordenada pelo ICMBio e regulamentada pelo SNUC (BRASIL, 2000), depende de instrumentos como Planos de Manejo, Conselhos Gestores, monitoramento contínuo e Avaliação de Impactos Ambientais. No entanto, a efetividade dessas medidas depende da integração entre ciência, políticas públicas e participação social, destacando que a conservação de áreas protegidas no Cerrado exige visão crítica frente à mercantilização do território e à lógica capitalista de apropriação da natureza (ACSELRAD, 2004b). Assim, o PNB representa não apenas uma unidade de preservação ambiental, mas também um espaço de articulação entre proteção ecológica, gestão territorial e sustentabilidade urbana.

## **6.2. Tensões e disputas territoriais na Zona de Amortecimento**

Em referência à ocupação antrópica na Zona de Amortecimento, o entorno do Parque Nacional de Brasília (PNB) evidencia a tensão entre conservação ambiental e expansão urbana, sendo marcado por conflitos territoriais que decorrem da lógica capitalista de apropriação da natureza (DIEGUES, 1995). A urbanização acelerada nas áreas limítrofes do Parque, como no Setor Noroeste, Granja do Torto, Setor de Oficinas Norte e a Região Administrativa Estrutural, resulta em desmatamento, fragmentação de *habitats* e pressões sobre os recursos hídricos, evidenciando a contradição entre o crescimento urbano e os princípios do planejamento territorial sustentável (SVARTMAN, 2019).

A diversidade de ocupações — planejadas e não planejadas, residenciais e industriais — revela a complexidade do mosaico territorial, em que interesses econômicos, especulação imobiliária e expansão urbana frequentemente se sobrepõem à preservação ecológica. A expansão do Setor Noroeste e da Granja do Torto, por exemplo, ilustra como empreendimentos urbanos de alta densidade pressionam diretamente a Zona de Amortecimento do PNB, ameaçando corredores ecológicos, nascentes e a integridade da cobertura vegetal nativa (PORTO-GONÇALVES, 2006).

As ocupações informais, a industrialização de pequeno porte no Setor de Oficinas Norte e a especulação imobiliária reforçam impactos cumulativos, incluindo poluição do solo e da água, alteração dos regimes hídricos e isolamento de populações faunísticas, comprometendo os objetivos de conservação da unidade (IBRAM, 2021). Tais impactos são agravados pela fragmentação institucional e pela insuficiência de políticas públicas integradas entre gestão ambiental e planejamento urbano (SVARTMAN, 2021).

Adicionalmente, a presença de comunidades tradicionais e indígenas no entorno do parque — como os povos Fulni-ô, Kariri-Xocó, Tukano e Tuxá — evidencia conflitos socioambientais e territoriais, em que a luta pelo reconhecimento de direitos e territórios

sagrados se choça com interesses de mercado e projetos urbanos de grande escala (FUNAI, 2022). Essa disputa reflete, segundo Lefebvre (1999), uma “luta de classes no espaço”, na qual a conservação ambiental deve ser concebida não apenas como proteção da natureza, mas como garantia de justiça territorial e socioambiental.

Em síntese, os usos e ocupações do entorno do PNB revelam a necessidade de um planejamento urbano e ambiental integrado, capaz de conciliar conservação ecológica, direitos territoriais e desenvolvimento urbano sustentável. A atuação coordenada do Estado, movimentos sociais, universidades e órgãos ambientais é essencial para mediar conflitos, fortalecer a fiscalização, promover a educação ambiental e garantir que o parque cumpra seu papel ecológico, social e simbólico na região do Cerrado (SANTOS, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nessa pesquisa permitiu compreender que o PNB constitui-se em um território de extrema relevância ecológica, social e política para o Distrito Federal, inserido em um contexto de intensas pressões territoriais e contradições próprias do modelo de desenvolvimento capitalista. O parque não se limita a ser uma unidade de conservação voltada à preservação da biodiversidade, mas representa um espaço de resistência ecológica e simbólica, onde se expressam as disputas entre diferentes racionalidades — a lógica da conservação e a lógica da acumulação (ACSELRAD, 2004a).

Do ponto de vista ecológico e socioambiental, o PNB cumpre papel essencial na proteção dos recursos hídricos, na manutenção da biodiversidade e na estabilidade climática e hidrológica da região. Sua função como “berço das águas” e corredor ecológico reforça a importância do Cerrado como bioma estruturante para a sustentabilidade do Brasil Central (RIBEIRO; WALTER, 2008). Nesse sentido, conservar o parque é também preservar a vida urbana e rural do Distrito Federal, cuja existência depende diretamente dos serviços ecossistêmicos que essa UC oferece.

Contudo, a investigação revelou que o entorno do PNB é marcado por intensos conflitos territoriais e pelo avanço da urbanização desordenada, expressando a tensão entre o discurso da sustentabilidade e a prática da mercantilização da natureza. O crescimento urbano de áreas como o Setor Noroeste, Granja do Torto, Setor de Oficinas Norte e a Região Administrativa Estrutural exemplifica como a expansão imobiliária e industrial se sobrepõe aos limites ecológicos, ameaçando a integridade do bioma e fragilizando os objetivos da conservação (SVARTMAN, 2021).

Esses processos evidenciam que o espaço do entorno do parque é produzido sob o que Milton Santos (1996) denominou de “uso desigual do território”, no qual a apropriação capitalista do espaço privilegia interesses privados e intensifica a exclusão socioambiental. Nesse contexto, a conservação passa a ser tensionada por políticas de valorização fundiária e pelo planejamento urbano fragmentado, frequentemente desvinculado de um projeto coletivo de sustentabilidade e justiça territorial.

A presença de comunidades tradicionais e povos indígenas no entorno do PNB, como os Fulni-ô, Kariri-Xocó, Tukano e Tuxá, amplia a compreensão de que a conservação não deve se limitar à dimensão ecológica, mas precisa incorporar os direitos territoriais e culturais dessas populações, cujas práticas e saberes tradicionais constituem estratégias históricas de uso sustentável e convivência com o Cerrado (FUNAI, 2022). Assim, o Parque deve ser entendido

também como espaço de justiça socioambiental e de reconhecimento da diversidade cultural e territorial.

As políticas públicas voltadas à gestão do PNB — sob responsabilidade do ICMBio e orientadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) — representam instrumentos importantes, mas ainda insuficientes diante da complexidade dos conflitos e da força das pressões urbanas. Torna-se necessário fortalecer a integração entre planejamento territorial, políticas habitacionais e conservação ambiental, de modo a construir estratégias participativas de gestão, baseadas no envolvimento das comunidades locais, na fiscalização efetiva e na valorização dos saberes socioambientais (ACSELRAD, 2004a).

Conclui-se, portanto, que o Parque Nacional de Brasília é mais do que um espaço de preservação: é um território de resistência frente às lógicas da urbanização e da mercantilização da natureza. Sua existência reafirma a urgência de repensar as políticas ambientais sob a ótica da geografia crítica, compreendendo a conservação não como instrumento de exclusão, mas como prática política voltada à sustentabilidade, solidariedade e direito ao território. Defender o PNB e o Cerrado, nesse sentido, é defender um projeto de sociedade que reconheça o valor intrínseco da natureza e a necessidade de um novo paradigma de produção do espaço, baseado na justiça ambiental e na convivência equilibrada entre seres humanos e ambiente.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 13–35.
- ACSELRAD, Henri. *Meio ambiente e desenvolvimento: a construção social da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.
- ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. *Monitoramento ambiental e gestão de áreas protegidas no entorno do Parque Nacional de Brasília*. Brasília, 2021.
- AGÊNCIA GOV. *Parque Nacional de Brasília: biodiversidade e conservação*. Brasília: Agência de Comunicação do Governo, 2024.
- ANTONIOLI FILHO, Alceu; PEREIRA, Maria. *Relatório técnico sobre incêndios no Cerrado: diagnóstico e recomendações*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017. 78 p. (Série Estudos Ambientais; 12).
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Biodiversidade, conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado: um balanço*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Cerrado: biodiversidade e conservação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Biodiversidade brasileira: estado e tendências*. Brasília: MMA, 2022.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre o Código Florestal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 3.315, de 27 de janeiro de 2004*. Cria a Região Administrativa Estrutural (RA XXV). *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961*. Cria o Parque Nacional de Brasília. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1961.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD-DF 2021: relatório completo da pesquisa domiciliar distrital*. Brasília: CODEPLAN, 2022. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF\\_2021.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. Brasília, 2009.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. *Relatórios sobre territórios indígenas e conflitos fundiários*. Brasília, 2022.

HAESBAERT, Rogério. *Cidades e territórios: um olhar crítico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. *Monitoramento ambiental do Setor de Oficinas Norte e entorno do Parque Nacional de Brasília*. Brasília, 2021.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Parque Nacional de Brasília: fauna, flora e gestão ambiental*. Brasília, 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília*. Brasília, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Eliane; COSTA, João. *Urbanização e conflitos socioambientais em áreas protegidas do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. *Direitos indígenas e território urbano: estudos de caso no Distrito Federal*. Brasília: FUNAI, 2017.

PAVIANI, Aldo. *Acabamentos urbanos em Brasília*. Minha Cidade, São Paulo, ano 08, n. 085.01, Vitruvius, ago. 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (orgs.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa-CPAC, 2008. p. 89–166.

ROCHA, L. G. M. da; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, 2010.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANO, Edson E.; ALMEIDA, Cláudio M.; ARAÚJO, Fernando M. (orgs.). *Mapa de cobertura vegetal do bioma Cerrado*. Brasília: Embrapa, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Vegetação do Cerrado: estrutura, composição e funcionamento*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008a.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SVARTMAN, Eduardo. *Cidades em disputa: território, natureza e mercado imobiliário no Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. *Conflitos territoriais e gestão ambiental em Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

Sites consultados:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br>

<https://www.seduh.df.gov.br>